

Sumário

ESTUDOS ESPECIAIS

Boletins e Informativos
Econômicos

Resumo Executivo:

- Juiz de Fora acumulou **aproximadamente 733 milímetros de chuva em fevereiro, superando em mais de 4 vezes a média histórica** e já é o mês mais chuvoso para o município desde 1961.
- Os volumes registrados se aproximam dos patamares observados no Rio Grande do Sul em 2024, tratando-se de uma calamidade associada a fenômenos naturais excepcionais, cuja intensidade supera a capacidade ordinária de absorção da infraestrutura urbana e dos sistemas de drenagem existentes.
- Em termos econômicos, a região de Juiz de Fora responde por **aproximadamente 9% do PIB estadual, cerca de 8% do faturamento total do estado, aproximadamente 11% dos empregos formais e algo próximo de 5% da arrecadação de ICMS mineira**, o que amplia a gravidade do episódio climático.
- Estima-se que **11 municípios da região intermediária de Juiz de Fora – que respondem a 51% do PIB da própria região – foram impactados diretamente**, com forte potencial em produzir efeitos indiretos e multiplicadores, exigindo resposta coordenada em termos de política pública.
- Três cenários – otimista, base e pessimista – projetam a recuperação operacional variando entre **duas e doze semanas** e diferentes níveis de reaproveitamento de equipamentos - entre 30% e 70% dos equipamentos.
- A estimativa de impactos varia conforme o cenário de recuperação da capacidade operacional. **Para o emprego, no cenário otimista, projeta-se a perda de cerca de 25 mil postos de trabalho; no cenário base, aproximadamente 100 mil; e, no cenário pessimista, cerca de 150 mil empregos**, já incluídos os impactos indiretos da catástrofe sobre o estado.



Zona da Mata Sob as Águas: o Fevereiro Mais Chuvoso da História e o Potencial Impacto Econômico

O mês de fevereiro de 2026 entrou para a história climática de Juiz de Fora como o mais chuvoso desde o início da série histórica iniciada em 1961. De acordo com registros divulgados pelo do Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet), o município acumulou aproximadamente 733 milímetros de chuva ao longo do mês, volume que supera em mais de quatro vezes a média histórica de fevereiro, situada em torno de 170 milímetros. Em poucos dias — especialmente entre 22 e 24 de fevereiro — o volume precipitado corresponde a uma parcela expressiva da chuva esperada para todo um verão típico. Houve registros superiores a 100 milímetros em apenas algumas horas, caracterizando precipitação de altíssima intensidade e forte concentração temporal.

Do ponto de vista estatístico, trata-se de um evento histórico. O recorde anterior para o mês de fevereiro foi amplamente superado. Assim, configura-se uma anomalia pluviométrica sem precedentes na série observada. Quando comparamos o acumulado de 2026 com a média histórica, a magnitude do desvio evidencia que não estamos diante de uma oscilação sazonal comum, mas sim de um evento extremo, compatível com fenômenos climáticos severos associados a mudanças nos padrões atmosféricos e à intensificação de eventos de chuva concentrada.

Para efeito de comparação, é relevante mencionar a calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024, um dos maiores desastres climáticos recentes do país. Naquele episódio, diversas localidades gaúchas registraram volumes entre 500 e 700 milímetros em poucos dias, provocando enchentes de grandes proporções e colapso de infraestrutura em escala estadual. Em termos de magnitude absoluta, os volumes registrados em Juiz de Fora e região em fevereiro de 2026 se aproximam dos patamares observados no Rio Grande do Sul, ainda que com diferenças quanto à abrangência territorial e, especialmente, quanto ao relevo.

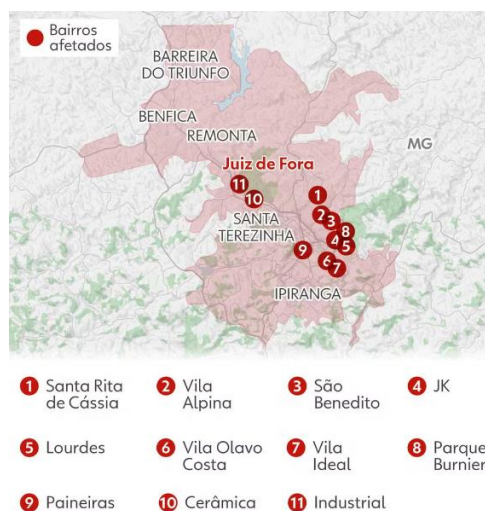
No caso mineiro, o evento foi altamente concentrado espacialmente na Zona da Mata, enquanto no Rio

Grande do Sul houve maior disseminação geográfica. Ainda assim, a intensidade relativa das chuvas em Juiz de Fora coloca o episódio mineiro entre os eventos extremos de maior relevância recente no país.

Os dados comparativos deixam claro que o volume de chuvas observado na Zona da Mata foi de grandes proporções sob qualquer base de comparação — seja frente à média histórica local, seja frente a eventos extremos nacionais recentes. Trata-se, inequivocamente, de uma calamidade fortemente associada a fenômenos naturais excepcionais, cuja intensidade supera a capacidade ordinária de absorção da infraestrutura urbana e dos sistemas de drenagem existentes.

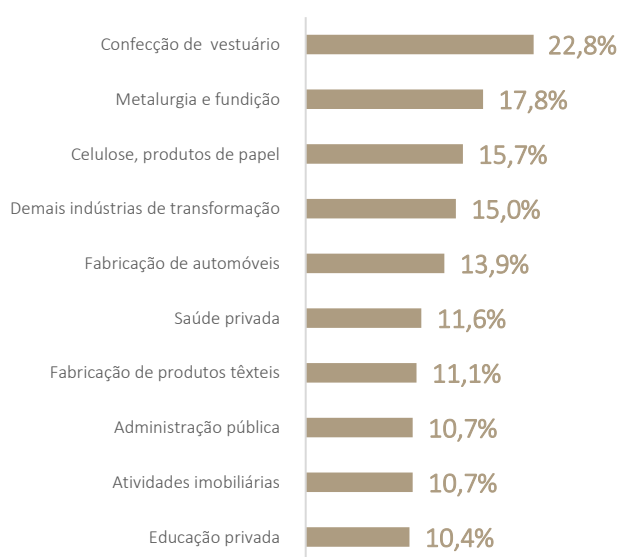
Do ponto de vista econômico, a gravidade do episódio se amplia quando consideramos a relevância estrutural da região para Minas Gerais. A Zona da Mata, com destaque para a região intermediária de Juiz de Fora, **responde por aproximadamente 9% do PIB estadual, cerca de 8% do faturamento total do estado, aproximadamente 11% dos empregos formais e algo próximo de 5% da arrecadação de ICMS mineira.** Trata-se, portanto, de um polo econômico relevante, cuja dinâmica produtiva possui peso significativo na estrutura macroeconômica de Minas Gerais.

Áreas Afetadas em Juiz de Fora



Setorialmente, a região apresenta especialização produtiva importante. A região intermediária de Juiz de Fora concentra mais de 22% da produção estadual de confecções, vestuário e acessórios; mais de 17% da produção de produtos metalúrgicos não ferrosos; mais de 16% da produção de celulose, papel e produtos de papel; e mais de 10% da produção têxtil do estado. Esses números evidenciam que não se trata apenas de um polo urbano relevante, mas de um núcleo industrial estratégico, com participação expressiva em cadeias produtivas industriais que impactam o desempenho agregado do estado.

Participação Setorial da Zona da Mata no Estado (%)



Considerando os registros realizados no Sistema Integrado de Informações sobre Desastres (S2iD) após 20 de fevereiro de 2026, por motivos relacionados às chuvas, 11 municípios da região intermediária de Juiz de Fora podem ser considerados diretamente impactados. Esses municípios concentram aproximadamente 40% da população regional e cerca de 51% do PIB da própria região intermediária. Ou seja, as áreas mais densas demograficamente e mais relevantes economicamente foram, simultaneamente, as mais afetadas, o que eleva substancialmente o potencial de impacto agregado.

Do ponto de vista macroeconômico, além das inestimáveis vidas perdidas e do dano social e ambiental irreparável, há um significativo impacto econômico potencial. A destruição de infraestrutura urbana, danos a unidades produtivas, interrupções logísticas, paralisação temporária de atividades industriais e comerciais, além da pressão sobre finanças municipais e estaduais para ações de reconstrução e assistência, compõem um quadro que pode produzir efeitos de curto prazo sobre emprego, renda, arrecadação e atividade econômica regional. Em economias com forte integração produtiva, choques localizados dessa magnitude tendem a produzir efeitos indiretos e multiplicadores, exigindo resposta coordenada em termos de política pública, crédito emergencial e planejamento de reconstrução.

A experiência brasileira recente com eventos climáticos extremos — em especial a calamidade ocorrida no Rio Grande do Sul em 2024 — fornece **parâmetros empíricos importantes para a construção de cenários prospectivos para a Zona da Mata Mineira**. No caso gaúcho, observou-se que **as regiões diretamente impactadas por enchentes levaram de duas a doze semanas para recuperar sua capacidade operacional mínima e restabelecer o fluxo regular de produção e comercialização**. Também verificou-se que, quando os danos se concentram predominantemente em alagamentos — e não em colapsos estruturais permanentes — **a taxa de recuperação de máquinas e equipamentos tende a ser relativamente elevada, situando-se em torno de 70% de reaproveitamento médio**.

Considerando o número preliminar de municípios afetados na região intermediária de Juiz de Fora, bem como o fato de que esses municípios representam cerca de 40% da população regional e 51% do PIB da região, é possível estruturar três cenários econômicos para estimar os impactos potenciais da calamidade. Os cenários diferem essencialmente em três dimensões: (i) tempo necessário para normalização das atividades econômicas, (ii) taxa de reaproveitamento de máquinas e equipamentos e (iii) grau de destruição da capacidade produtiva no curto prazo.

O **cenário otimista** assume um período de aproximadamente **duas semanas para a normalização das atividades econômicas**, sem ampliação da área afetada em relação ao quadro atual. **Parte-se da hipótese de reaproveitamento de cerca de 70% das máquinas e equipamentos**, em linha com o observado historicamente em eventos de enchente, o que implica ausência de destruição significativa de capacidade produtiva estrutural no curto prazo.

No **cenário otimista**, os impactos econômicos são relevantes, mas predominantemente temporários. Para a **Zona da Mata**, estima-se a **perda potencial de 21.373 empregos**, retração de aproximadamente R\$ 1,44 bilhão no faturamento, redução de R\$ 283,9 milhões na massa salarial e queda de 1,5 ponto percentual no valor adicionado regional. Para **Minas Gerais como um todo**, os efeitos seriam diluídos, mas ainda perceptíveis: **redução de 25.153 empregos**, perda de R\$ 1,93 bilhão em faturamento, contração de R\$ 379,9 milhões na massa salarial e impacto de 0,2 ponto percentual (p.p.) no valor adicionado.

O **cenário base** considera um período de aproximadamente **seis semanas para normalização das atividades**, mantendo-se constante a área afetada. Nesse caso, **projeta-se reaproveitamento de cerca de 50% das máquinas e equipamentos**, percentual inferior ao observado em enchentes típicas, mas ainda compatível com baixa destruição estrutural da capacidade produtiva. Trata-se de um cenário de interrupção mais prolongada do fluxo produtivo, com maior impacto sobre capital de giro, emprego e renda.

No **cenário base**, para a **Zona da Mata**, estima-se a

perda de 85.493 empregos, retração de R\$ 5,77 bilhões no faturamento, redução de R\$ 1,14 bilhão na massa salarial e queda de 5,9 pontos percentuais no valor adicionado regional. Para **Minas Gerais**, o **impacto projetado é de 100.611 empregos a menos**, redução de R\$ 7,70 bilhões no faturamento, contração de R\$ 1,52 bilhão na massa salarial e diminuição de 0,6 p.p. no valor adicionado.

Já o **cenário pessimista** pressupõe um período de aproximadamente **doze semanas para normalização das atividades econômicas**, ainda sem ampliação territorial do evento, porém com **reaproveitamento limitado a cerca de 30% das máquinas e equipamentos**, percentual significativamente abaixo do padrão histórico observado em enchentes. Nesse contexto, haveria elevada destruição de capacidade produtiva no curto prazo, com necessidade de reposição substancial de ativos fixos e maior comprometimento das cadeias produtivas regionais.

Nesse cenário, para a **Zona da Mata**, **projeta-se impacto potencial de 128.240 empregos**, retração de R\$ 8,65 bilhões no faturamento, redução de R\$ 1,70 bilhão na massa salarial e queda de 8,9 pontos percentuais no valor adicionado regional. **No agregado de Minas Gerais**, os efeitos alcançariam **150.916 empregos**, perda de R\$ 11,56 bilhões em faturamento, contração de R\$ 2,28 bilhões na massa salarial e redução de 0,9 p.p. no valor adicionado estadual.

Os resultados indicam que, embora o impacto percentual sobre o estado seja relativamente diluído, os efeitos regionais na Zona da Mata são expressivos em qualquer cenário projetado.

Impactos Econômicos Potenciais da Calamidade na Zona da Mata

Variáveis	Zona da Mata			📍 Minas Gerais		
	Otimista	Base	Pessimista	Otimista	Base	Pessimista
Empregos	-21.373	-85.493	-128.240	-25.153	-100.611	-150.916
Faturamento (R\$ milhões)	-1.441,63	-5.766,51	-8.649,76	-1.926,23	-7.704,91	-11.557,37
Massa salarial (R\$ milhões)	-283,94	-1.135,78	-1.703,67	-379,9	-1.519,8	-2.279,7
ICMS (R\$ milhões)	-25,4	-101,6	-152,4	-54,1	-216,4	-324,6
Valor Adicionado (Ponto Percentual, p.p.)	-1,5 p.p.	-5,9 p.p.	-8,9 p.p.	-0,2 p.p.	-0,6 p.p.	-0,9 p.p.

BDMG RESEARCH

Boletins e
Informativos
Econômicos



Presidente:
Gabriel Viegas Neto

Superintendente de Planejamento:
Cinthia Helena de Oliveira Bechelaine

Economista-Chefe
Izak Carlos Silva

Economistas
Adriano Miglio Porto
Érico Andrade Grossi

Este boletim foi preparado pelo BDMG com base em informações divulgadas por instituições oficiais, As análises contidas neste material podem ser reproduzidas, desde que mencionados seus créditos e para fins não comerciais.

27 de fevereiro, 2026
Superintendência
de Planejamento



INFORMAÇÃO CONTROLADA